

A stylized, light-colored city skyline is visible in the background, featuring various building silhouettes and a prominent domed structure on the right side. The overall aesthetic is clean and modern.

POLÍTICAS PÚBLICAS

PROFESSORA MS. JOSÉLIA E. TEIXEIRA

Caros alunos,

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa Adobe Reader 11.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto a barra inferior pode lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse *pdf*, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!

APRESENTAÇÃO

Caros alunos,

Este ebook foi elaborado para servir de suporte no estudo da disciplina de Políticas Públicas. Nele você poderá revisar alguns conteúdos abordados durante a disciplina, com o objetivo de aproximá-lo dos principais conceitos que são utilizados em Políticas Públicas. A análise abordada em Políticas Públicas tem um caráter multidisciplinar, o que congrega inúmeras possibilidades de estudos e podem ser considerados por profissionais de diferentes áreas, logo, aprofundar o conhecimento teórico em Políticas Públicas é o primeiro passo para os interessados em analisar algum tipo de política pública.

Boa leitura!

1. OS PRINCIPAIS CONCEITOS QUE ENVOLVEM POLÍTICAS PÚBLICAS

Um dos principais problemas dos estudantes de políticas públicas é a diversidade de termos na literatura e muitos com usos específicos. Os cientistas políticos estão preocupados nas causas e consequências da ação governamental e têm empreendido esforços para explicá-las (HAM E HILL, 1993). A análise de políticas públicas envolve várias áreas disciplinares, portanto, torna-se necessário a aproximação dos termos mais usuais, para compreender os conceitos.

1.1 O QUE É POLÍTICA?

A palavra política é utilizada no dia a dia da pessoas. Em determinadas situações, tendo em vista o senso comum, se utiliza o termo de forma pejorativa. A acepção do termo é muito ampla e têm várias definições estabelecidas na literatura. O termo política, advindo da língua inglesa, possui três dimensões (FREY 2000, APUD TUDE et al., 2010), sendo elas:

- **Dimensão institucional (polity):** diz respeito ao ordenamento institucional do sistema político, aos mecanismos jurídicos e a estrutura institucional do sistema político-administrativo;
- **Dimensão processual (politics):** remete-se ao processo político, as relações de interesses divergentes entre os vários atores políticos, partidos, agentes do governo, relaciona-se com os resultados esperados, aos conteúdos e influência na tomada de decisões e relações de poder;
- **Dimensão material (policy):** é o que se compreende por políticas ou Políticas Públicas. São os resultados da ação política , é o resultado material dos denominados programas políticos ou planos de governo.

SUGESTÃO DE LIVRO: CORTELLA, Mário Sérgio; RIBEIRO, Renato Janine. Política para não ser idiota. São Paulo: Papyrus 7 Mares, 2010.

RESENHA: “Este livro apresenta um debate sobre os rumos da política na sociedade. São abordados temas como a participação na vida pública, o embate entre liberdade pessoal e bem comum, os vieses de escolhas e constrangimentos, o descaso dos mais jovens em relação à democracia, a importância da ecocidadania. Além dessas questões, são apontadas ações indispensáveis como o trabalho com política na escola, o papel da educação nesse campo, como desenvolver habilidades de solução de conflitos e de construção de consensos “

REFLEXÃO: OS JOVENS BRASILEIROS ESTÃO MAIS PARTICIPATIVOS POLITICAMENTE NA ÚLTIMA DÉCADA?

SUGESTÃO DE VÍDEO: Relações de Poder: Por Mário Sérgio Cortella

COMENTÁRIO: Nesta entrevista o professor Mario Sérgio Cortella fala sobre relações de poder e como essas moldam os sujeitos e como se desenrolam os conflitos.

REFLEXÃO: NOS ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS SE ESTABELECE UMA LINHA DE ESTUDOS SOBRE O PROCESSO DECISÓRIO. COMO AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE OS ATORES INFLUENCIAM O PROCESSO DECISÓRIO?

SUGESTÃO DE VÍDEO: Política e cidadania: Por Mário Sérgio Cortella

COMENTÁRIO: O professor Mário Sérgio Cortella em entrevista fala sobre as várias dimensões da política e como se desenvolve a cidadania, bem discute sobre conceitos sobre neutralidade e objetividade.

REFLEXÃO: A ESCOLA É UM AMBIENTE PARA CRIAR CONDIÇÕES PARA OS ALUNOS APRENDEREM POLÍTICA E CIDADANIA?

1.2 O QUE SIGNIFICAM POLÍTICAS PÚBLICAS?

Para Dye (2013) política pública compreende as escolhas dos governos de fazer ou não fazer. Os governos mediam conflitos na sociedade, distribuem uma variedade de recompensas simbólicas e serviços materiais aos membros da sociedade, impõe impostos para os cidadãos, entre outros. As políticas públicas, assim, podem regular o comportamento, burocracias e distribuir benefícios ou todas as coisas ao mesmo tempo.

A gestão pública não pode ser reduzida à gestão empresarial, aplicada à administração pública. O trabalho público tem suas especificidades e exige uma gestão pública diferenciada das empresas. Nesse sentido, as ciências sociais podem acrescentar novos aportes à gestão pública que são absolutamente decisivos (MENY E THOENIG, 1992). Quando usamos o termo políticas públicas, está implícito no seu conceito às atividades administrativas e legislativas com o propósito de resolver problemas reais (KNOEPFEL et al., 2007).

1.2.1 POR QUE ESTUDAR POLÍTICAS PÚBLICAS?

As ciências políticas também se preocupam com o estudo das políticas públicas, que compreendem a descrição e explanação das causas e consequências das atividades governamentais. Estes estudos abrangem, segundo DYE, 2013:

- a) a descrição do conteúdo das políticas públicas;
- b) a análise do impacto social, econômico e influência política no conteúdo das políticas;
- c) questiona os efeitos dos arranjos institucionais e os processos políticos nas políticas públicas;
- d) avalia as consequências das políticas públicas na sociedade, sejam estes efeitos almejados ou não.

SUGESTÃO DE VÍDEO: O que são Políticas Públicas?

COMENTÁRIO: Este vídeo apresenta de forma simples e fácil as noções elementares do conceito de políticas públicas.

REFLEXÃO: QUAL A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CIDADANIA?

1.2.3 ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

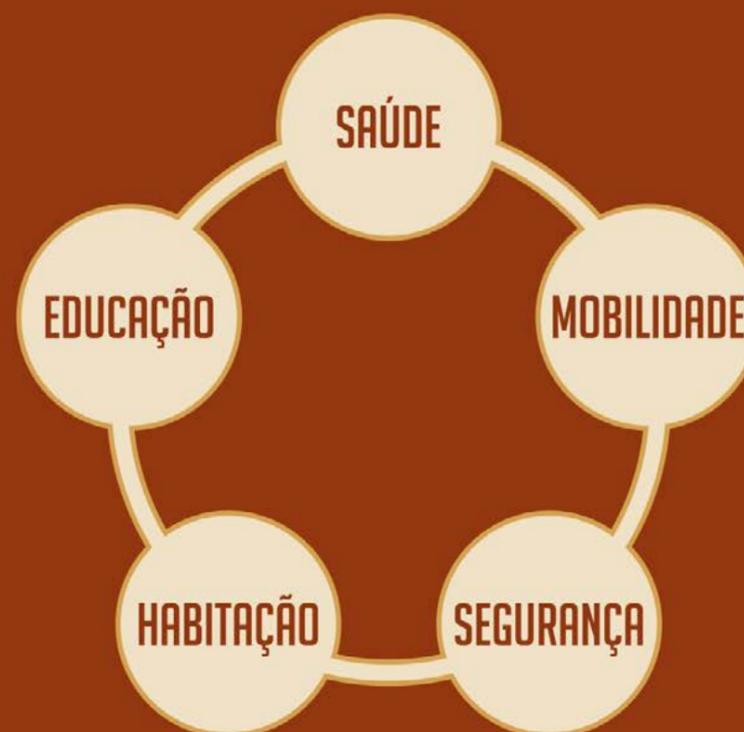
As políticas públicas são extremamente abrangentes e sua formulação depende das demandas da sociedade e dos problemas que são definidos e incorporados na agenda pública. Pode-se observar políticas públicas em diversas áreas de atuação, por isso se requer diferentes áreas do conhecimento para subsidiar a formulação

de propostas alternativas. Segundo Knoepfel et al. (2007), todas as políticas públicas visam solucionar problemas públicos que são identificados e incorporados na agenda governamental. A noção de política pública refere-se ao jogo de poder em um específico contexto institucional, no qual estão buscando solucionar um problema coletivo e pode haver colaboração entre Estado e atores privados.

AGENDA PÚBLICA: A AGENDA É A LISTA DE ASSUNTOS OU PROBLEMAS PASSAM A RECEBER A ATENÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS GOVERNAMENTAIS E PESSOAS DE FORA DO GOVERNO MAS QUE SE RELACIONAM COM ESSES FUNCIONÁRIOS (KINGDON, 2014) .

As políticas públicas podem ser formuladas para atender diferentes demandas da sociedade, como saúde, educação, habitação, segurança, e outras, segue FIGURA:

FIGURA: DIFERENTES ÁREAS DE ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



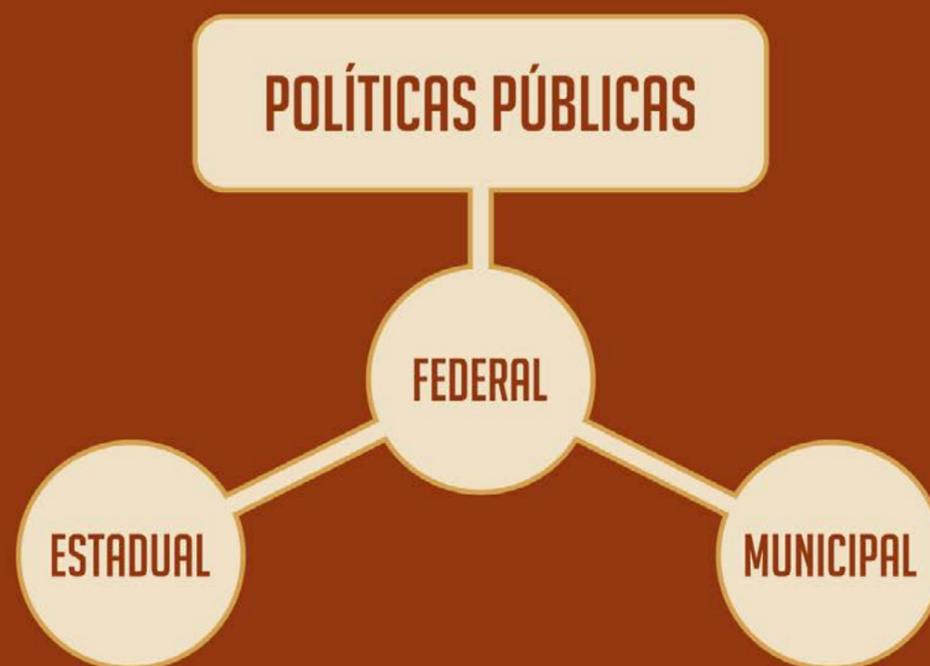
Fonte: Elaboração própria (2016).

1.2.4 O QUE PODE-SE APRENDER COM A ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS?

Pode-se aprender o que são as políticas Públicas e entender o que o governo está fazendo ou deixando de fazer em relação ao bem-estar social, na área da defesa, na educação, nos direitos civis, na saúde, no meio ambiente, nos impostos e muito mais. Pode-se aprender sobre as causas e determinantes das políticas públicas. Pode-se aprender sobre as consequências ou impactos das políticas públicas (DYE, 2013).

As políticas podem ser formuladas em três níveis: federal, estadual e municipal, segue FIGURA:

FIGURA: INSTÂNCIAS DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



Fonte: Elaboração própria (2016).

SUGESTÃO DE LEITURA: WOSNIAK, Francine Lia; REZENDE, Denis Alcides. Gestão de estratégias: uma proposta de modelo para os governos locais. Revista de Administração Pública, vol.46, n.3, Rio de Janeiro, Mai./Jun. 2012.

COMENTÁRIO: O objetivo deste estudo foi propor um modelo de gestão de estratégia, tendo por base analítica as gestões municipais de Curitiba, no período de 1993 a 2008.

REFLEXÃO: EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO, QUE EXIGE ADAPTAÇÕES E MUDANÇAS HÁ NECESSIDADE ADAPTAÇÕES DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL?

SUGESTÃO DE LEITURA: REZENDE, Denis Alcides; ULTRAMARI, Clovis. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.41, n.2, p.255-271, Abr. 2007.

RESUMO: Este artigo discute de forma teórico-conceitual o plano diretor municipal e o planejamento estratégico municipal, os instrumentos de planejamento em uso atualmente, que constituem o que se pode chamar de utopias contemporâneas para a questão urbana brasileira.

REFLEXÃO: COMO O PLANO DIRETOR MUNICIPAL CONTRIBUI PARA A MELHORIA DA GESTÃO MUNICIPAL?

SUGESTÃO DE VÍDEO: Pobreza no Brasil: Caminhos da Reportagem - Documentário Nacional TV Brasil

COMENTÁRIO: É um documentário publicado em junho de 2015 que retrata o cenário de brasileiros na área urbana e rural que vivem em situação de miséria e sem acesso às condições básicas de subsistência. É um retrato do país que ainda não conseguiu superar a desigualdade social e totalizam 16 milhões de brasileiros na miséria. Apresenta-se a busca pela superação da pobreza e a luta por condições melhores de vida.

REFLEXÃO: QUAL A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DIMINUIR A DESIGUALDADE SOCIAL?

SUGESTÃO DE LEITURA: BENELLI, Silvio José. Risco e vulnerabilidade como analisadores nas políticas públicas sociais: uma análise crítica. Estudos de psicologia. (Campinas), Campinas, v.33, n.4, p.735-745, Dec. 2016.

RESUMO DOS ATORES: É apresentada uma síntese crítica sobre o percurso histórico e o processo de institucionalização da Assistência Social como política pública; além disso toma-se o discurso sobre o risco social presente nela e também na política nacional para crianças e adolescentes como analisador das possibilidades normalizadoras da Psicologia e da Assistência Social.

REFLEXÃO: QUAIS FORAM OS REAIS AVANÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL PARA A SUA MODERNIZAÇÃO?

1.2.5 TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A políticas públicas podem ser classificadas em Políticas Distributivas, Redistributivas, Regulatórias e Constitutivas como apresenta o Quadro:

TIPO DE POLÍTICA PÚBLICA	DESCRIÇÃO
DISTRIBUTIVAS	As chamadas políticas distributivas não consideram a limitação dos recursos públicos e buscam privilegiar não a sociedade como um todo, mas uma parcela da população. Um risco iminente advindo das políticas distributivas é a ocorrência do que conhecemos como clientelismo (TUDE et al. 2010, p. 20).
REDISTRIBUTIVAS	O objetivo é “o desvio e o deslocamento consciente de recursos financeiros, direitos ou outros valores entre camadas sociais e grupos da sociedade” (WINDHOF F-HÉRITIER, 1987, p. 49 apud TUDE et al. 2010, p. 20).
REGULATÓRIAS	As políticas regulatórias trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos referentes aos custos e benefícios não são determináveis de antemão; dependem da configuração concreta das políticas. Custos e benefícios podem ser distribuídos de forma igual e equilibrada entre os grupos e setores da sociedade, do mesmo modo como as políticas também podem atender a interesses particulares e restritos (FREY, 2000, P. 224 apud TUDE et al. 2010, p. 21).
CONSTITUTIVAS	As Políticas Públicas constitutivas incorporariam em si os outros três tipos de políticas e seriam responsáveis pelos procedimentos necessários para que as outras políticas entrem em vigor (TUDE et al. 2010, p. 20).

FONTE: Elaborado a partir de Tude et al. (2010, p. 20-21).

1.3 O QUE É ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS?

Análise das Políticas Públicas não é uma nova teoria sobre o Estado, a sociedade ou política. De fato, trata-se de um deslocamento do ângulo de análise ou do ponto de observação, os enfoque teóricos utilizados pelos estudiosos das políticas públicas refletem o mundo teórico à disposição de todo cientista social (ROTH, 2008). Análise de políticas públicas é descobrir o que o governo faz, porquê faz e qual a diferença se ele faz” (DYE, 2013, p. 6). De acordo com Dagnino (2002), são recorrentes na literatura anglo-saxônica dois termos:

- **analysis of policy:** atividade acadêmica visando, basicamente, ao melhor entendimento do processo político;
- **analysis for policy:** atividade aplicada voltada à solução de problemas sociais.

Na perspectiva de Wildavsky (1979 apud HAM E HILL, 1993, p. 17), “é mais importante praticar análise de políticas do que perder tempo definindo-a”. É recente essa centralização da política pública como objeto de análise para os cientistas políticos (HAM E HILL, 1993). A análise de políticas públicas consiste em examinar uma variedade de objetivos, de meios e de ações definidas pelo Estado para transformar parcial ou totalmente a sociedade assim como seus resultados e efeitos (DEUBEL, 2007, p. 27).

De acordo com Dye (2013), apresenta os principais modelos de análise da ciência política e a sua potencial contribuição para o estudo de políticas públicas. A teoria dos sistemas não está incluída nos modelos apresentados por Dye (2013). A teoria dos sistemas foi apresentada por Easton, as vantagens dessa teoria é a de que oferece uma oportunidade de “conceituar complexos fenômenos políticos” (DAGNINO, 2002, p. 167).

FIGURA: MODELOS TEÓRICOS DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS



Fonte: Elaboração própria a partir de Dye (2013).

a) Modelo de Processo: Atualmente, o processo político e comportamental são centrais para o estudo de ciência política. Desde a II Guerra Mundial, a ciência política comportamental tem estudado as atividades dos eleitores, interesses de grupos, legisladores, presidentes, burocratas, juízes e outros atores políticos. Uma das principais propostas tem sido descobrir padrões de atividades ou “processos”. Os cientistas políticos com o interesse em política têm buscado agrupar atividades de acordo com suas relações com políticas públicas, que resultou num conjunto de políticas e processos. O modelo de processos é bastante usual e ajuda a compreender as várias atividades envolvendo a formulação de políticas públicas (DYE, 2013);

b) Modelo Institucional: Atividades políticas são centralizadas nas instituições governamentais, congresso, presidência, burocracias, estados e municípios. As políticas são determinadas e implementadas por essas instituições. As relações entre Políticas Públicas e instituições são próximas e as instituições concedem três características às políticas públicas: I) Governos legitimam as políticas públicas, II) Políticas governamentais envolvem universalidade e; III) A coerção é instrumento monopolizado pelo governo (DYE, 2013);

c) Modelo Racional: Uma política racional é aquela que alcança o “máximo ganho social”, isto é, os governos devem escolher Políticas que maximizem os ganhos para a sociedade e excedam os custos, os governos devem abster-se de políticas se os custos excederem os ganhos. Uma política é racional quando a diferença entre os valores que ele alcança e os valores sacrificados é positiva e maior do que qualquer outra alternativa política (DYE, 2013);

d) Modelo Incremental: O incrementalismo vê a política pública como uma continuação de atividades governamentais passadas com apenas modificações incrementais. O cientista político Charles E. Lindblom apresentou pela primeira vez o modelo incremental no curso de uma crítica ao modelo racional de tomada de decisão. De acordo com Lindblom, os decisores não reveem anualmente toda a gama de políticas existentes e propostas, as restrições da política impedem o estabelecimento de metas claras para a sociedade e o cálculo preciso de custos e benefícios. O modelo incremental reconhece a natureza impraticável da “formulação de políticas racionais” e descreve uma abordagem mais conservadora no processo de tomada de decisão (DYE, 2013);

e) Modelo de Grupo: A interação entre os grupos é o fato principal das políticas. Indivíduos com interesses comuns, formal ou informalmente pressionam o governo para atender às suas demandas (DYE, 2013). “As Políticas Públicas representariam o equilíbrio mínimo alcançado na disputa dos grupos de interesse pelo poder político” (TUDE et al. 2010, p. 23);

f) Modelo de Elite: A teoria da elite sugere que as pessoas são apáticas e mal informadas sobre a política pública, são as elites realmente que moldam a opinião de massa sobre questões políticas. Assim, as políticas públicas realmente são as preferências das elites. Funcionários públicos e administradores simplesmente executam as políticas decididas pela elite. As políticas fluem para baixo das elites às massas (DYE, 2013);

g) Teoria dos Jogos: A teoria dos jogos é o estudo de decisões em situações em que dois ou mais participantes racionais têm escolhas a fazer e o resultado depende das escolhas feitas por cada um. Ela é aplicado em áreas da formulação de políticas nas quais não há uma escolha “melhor” independente que se possa fazer - em que os “melhores” resultados dependem do que os outros fazem (DYE, 2013);

h) Escolha Pública: A escolha pública é o estudo econômico da tomada de decisão no não-mercado, especialmente a aplicação da análise econômica à elaboração de políticas públicas. A teoria da escolha pública desafia a noção de que os indivíduos agem de maneira diferente na política da maneira como o atuam no mercado. Esta teoria supõe que todos os atores políticos - eleitores, contribuintes, candidatos, legisladores, burocratas, grupos de interesse, partidos e governos procuram maximizar seus benefícios pessoais tanto na política como no mercado. Assim, os teóricos da escolha pública afirmam ser herdeiros do filósofo político John Locke, bem como a Thomas Jefferson, que incorporou esta noção de contrato social na Declaração Americana de Independência. O auto-interesse leva os indivíduos a um contrato constitucional que estabelece um governo para proteger a vida, a liberdade e propriedade (DYE, 2013);

i) Teoria dos Sistemas: Essa visão permite que se defina um setor de política como um grupo de organizações complexas, conectadas umas às outras por dependência de recursos. Ela permite abordar a dependência de uma organização em relação a outra através do exame do fluxo de recursos financeiros (DAGNINO, 2002, p. 167).

SUGESTÃO DE LEITURA: SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, n.16, p.20-45, Dec. 2006.

COMENTÁRIO: O artigo apresenta uma revisão de literatura sobre alguns dos principais modelos de análise de políticas públicas.

SUGESTÃO DE LEITURA (ARTIGO): CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. Análise De Políticas Públicas: Uma Revisão Da Literatura Sobre O Papel Dos Subsistemas, Comunidades E Redes. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 101, p. 57-76, mar. 2015.

COMENTÁRIO: O objetivo do artigo é apresentar a construção dos conceitos de subsistemas, comunidades e redes e a forma como os modelos teóricos mais recentes se apoiam nessas subunidades como lócus de interação entre diferentes atores, instituições e ideias para a análise do processo de políticas públicas.

REFLEXÃO: QUAIS DESSES MODELOS TEÓRICOS DESENVOLVIDOS PARA A ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SÃO MAIS ADEQUADOS PARA CAPTAR A COMPLEXIDADE DOS PROBLEMAS REAIS?

1.4 QUEM É O ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS?

Seria importante que o analista de políticas públicas conseguisse ser neutro e imparcial ao examinar o objeto de pesquisa, entretanto, isto é praticamente impossível. O ser humano é moldado ao longo de sua vida por valores, ideologias e experiências pessoais que compõe sua visão de vida. Danigno (2002, p. 165) identifica três categorias de analistas:

- o “técnico”: interessado em pesquisa policy-oriented, é um acadêmico preocupado com a (ou atuando na) burocracia;
- o “político”: interessado em Análise de Política, à medida que lhe permite aumentar sua influência política;
- o “empreendedor”: interessado em usar a Análise de Política para influenciar a política.

De acordo com Ham e Hill (1993), o analista acadêmico que tenta vender sua perspectiva está agindo igual a muitos analistas de políticas públicas que operam no governo. Como atividade governamental, a análise de políticas requer informar e assessorar os policy makers (fazedores de política pública) na tomada de decisão de alternativas.

1.5 CICLO DE POLÍTICA PÚBLICA

O ciclo de políticas públicas ou marco sequencial. Este marco sugerido por Lasswell (1956) e desenvolvido por Jones (1970), contribuiu para despertar o interesse da análise das políticas públicas na academia. Por influência do positivismo a política pública é subdividida em fases. Estas fases são ordenadas como: a definição do problema e a construção da agenda, a formulação, a decisão (ou legitimação), a implementação e, finalmente, a avaliação (ROTH, 2008).

QUADRO: O MARCO DO CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: ATIVIDADES E ATORES PRINCIPAIS

FASE	ATIVIDADES	ATORES	
I	Identificação e institucionalização de um problema	Valores, acontecimentos, interesses, demandas e agenda pública	Partidos, movimentos sociais, grêmios, sindicatos, administração pública, ONG, etc.
II	Formulação de soluções ou ações	Elaboração e apreciação de respostas, seleção de critérios.	Parlamentares, grêmios, administração pública, organizações políticas e sociais, ONG, etc.
III	Tomada de decisão	Encontrar uma coalização, legitimação.	Parlamentares, presidente, Ministro, governador, prefeito etc.
IV	Implementação	Execução, gestão e efeitos concretos.	Administração pública, ONG, empresa privada, etc.
V	Avaliação	Reação, juízo sobre os efeitos, valoração, propostas de ajustes.	Especialistas, administração pública, responsáveis políticos, organizações políticas e sociais, grêmios, afetados, ONG, etc.

Fonte: Roth (2008, p. 79, tradução nossa).

SUGESTÃO DE LEITURA: MALTA, Deborah Carvalho; NETO MORAES, Otaliba Libanio; SILVA, Marta Maria Alves da; ROCHA, Dais, CASTRO, Adriana Miranda de; REIS, Ademar Arthur Chioro dos, ARKEMAN, Marco. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS): capítulos de uma caminhada ainda em construção. Ciências & saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 21, n. 6, p. 1683-1694, June 2016 .

RESUMO: O artigo pretende explicitar certo percurso da Promoção da Saúde no SUS, contando a história de sua afirmação como Política Nacional e as possibilidades que aí se produziram para ampliar a integralidade do cuidado em saúde. Os autores, totalmente implicados na formulação, implementação e revisão da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), sistematizam a caminhada em três capítulos: 1998/2004 – Embrião de uma PNPS; 2005/2013 – Nasce, cresce e se desenvolve uma PNPS; 2013-2015 – Revisando, ampliando e divulgando a PNPS. Para além da narrativa de uma história, análise de ciclo de uma política, ou balanço de avanços tenta-se resgatar contextos, textos, discursos, tensões na trajetória da PNPS.

REFLEXÃO: QUAL O PAPEL DA AVALIAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA O FORTALECIMENTO E MELHORIA DESTA POLÍTICA?

SUGESTÃO DE LEITURA: RODRIGUES, Lucas Pazolini Dias; MOREIRA, Vinícius de Souza Moreira. Habitação e políticas públicas: o que se tem pesquisado a respeito? Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, vol.8 ,no.2, Curitiba Mai./Ago. 2016.

OBJETIVO DO ARTIGO: Objetivou-se com este artigo analisar a produção científica sobre a política habitacional brasileira, a partir de 1964 até 2014, de forma a compreender como essa questão tem sido estudada pela Administração e por outras áreas das Ciências Sociais Aplicadas.

REFLEXÃO: EM UM PAÍS COMO O BRASIL QUE FALTA HABITAÇÃO E CONDIÇÕES MELHORES DE MORADIA, COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PODEM SER ELABORADAS PARA SOLUCIONAR ESTE PROBLEMA?

CAROS ACADÊMICOS!

Espero que tenham aproveitado a leitura deste Ebook, o qual também serve como revisão de alguns conteúdos abordados na disciplina de Políticas Públicas. Os artigos sugeridos são exemplos de trabalhos referentes às políticas públicas. O objetivo foi, além de ser leitura complementar, ser inspirador e motivador para futuras pesquisas sobre diferentes aspectos que envolvem o ciclo das políticas públicas e sobre as diversas áreas que envolvem as políticas públicas.

Há muito trabalho a ser desenvolvido sobre políticas públicas.

Bons estudos!

REFERÊNCIAS

BENELLI, Silvio José. Risco e vulnerabilidade como analisadores nas políticas públicas sociais: uma análise crítica. Estudos de psicologia. (Campinas), Campinas, v. 33, n. 4, p. 735-745, Dec. 2016. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2016000400735&lang=pt> Acesso: 21 Dec. 2016.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O PAPEL DOS SUBSISTEMAS, COMUNIDADES E REDES. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 101, p. 57-76, mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002015000100057&lang=pt> Acesso: 22 dez. 2015.

CORTELLA, Mário Sérgio; RIBEIRO, Renato Janine. Política para não ser idiota. São Paulo: Papyrus 7 mares, 2010.

_____. Relações de Poder. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8Okbq8W4o7M>> Acesso: 21 dez. 2016.

_____. Política e cidadania. Arena Política. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MPGYmQFr9Vw>> Acesso: 21 dez. 2016.

DAGNINO, Renato. Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para a análise e implementação. Taubaté: Cabral, 2002.

DEUBEL, André- Noël Roth. Políticas Públicas: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Aurora, 2007.

DYE, Thomas R. Understanding public policy. 14ª USA: Pearson Education, 2013.

HAM, Christopher, HILL, Michael: The policy process in the modern capitalist state. 2ª ed. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1993.

KINGDON, John W. Agendas, Alternatives and Public Policies. 2ª ed. Edinburgh: Pearson Education Limited, 2014.

KNOEPFEL, Peter; LARRUE, Corinne; VARONE, Frédéric; HILL, Michael. Public Policy analysis. Bristol: The Policy Press, 2007.

MALTA, Deborah Carvalho; NETO MORAES, Otaliba Libanio; SILVA, Marta Maria Alves da; ROCHA, Dais, CASTRO, Adriana Miranda de; REIS, Ademar Arthur Chioro dos, ARKEMAN, Marco. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS): capítulos de uma caminhada ainda em construção. Ciências & saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1683-1694, June 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000601683&lang=pt> Acesso: 22 dez. 2016.

MENY, Ives; THOENIG, Jean- Claude. Las políticas públicas. 1ª ed. Barcelona: Ariel, 1992.

Nacional TV Brasil. Pobreza no Brasil: Caminhos da Reportagem. Nacional TV Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5LluFN6HUvk>. Acesso: 21 dez. 2016.

POLITIZE. O que são políticas públicas? Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=ehLZKqU1QQw>. Acesso: 21 dez. 2016.

REZENDE, Denis Alcides; ULTRAMARI, Clovis. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 255-271, Abr. 2007. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso: 21 dez. 2016.

RODRIGUES, Lucas Pazolini Dias; MOREIRA, Vinícius de Souza Moreira. Habitação e políticas públicas: o que se tem pesquisado a respeito? Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, vol.8, no.2, Curitiba Mai./Ago. 2016. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692016000200167&lang=pt> Acesso: 22 dez. 2016.

ROTH, André-Noël. Perspectivas teóricas para el análisis de las políticas públicas: ¿de la razón científica al arte retórico? Estudios Políticos, Instituto de Estudios Políticos, Universidad de Antioquia, n. 33, jul- dez. 2008, p. 67-91.

TUDE, João Martins ; FERRO, Daniel; SANTANA, Fabio Pablo de A. Políticas Públicas. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

WOSNIAK, Francine Lia; REZENDE, Denis Alcides. Gestão de estratégias: uma proposta de modelo para os governos locais. Revista de Administração Pública, vol.46, n.3, Rio de Janeiro, Mai/Jun. 2012. Disponível: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000300009&lng=en&nrm=iso> Acesso: 21 dez. 2016.